

Constituinte, CPI e racha do PMDB marcarão a semana

Esquerda não se satisfaz com soluções para texto de defesa do Estado

Do Sucursal de Brasília

Apenas os partidos de esquerda do Congresso constituinte não ficaram contentes com as soluções encontradas para o Título V da nova Constituição — "Da Defesa do Estado e das Instituições Democráticas", a ser votado a partir de terça-feira. O papel constitucional das Forças Armadas, as regras para a prestação do serviço militar e as normas para a decretação dos Estados de Defesa e de Sítio receberam soluções idênticas nos textos do Centrão e da Sistematização.

Ninguém espera surpresas na votação dos dez artigos que formam o título, mas isto não dispensa discussões entre PT, PCB, PC do B, PSB e

PDT. A identidade de posições tira o PMDB da briga. A ala esquerda peemedebista pode apoiar as modificações. Mesmo engrossado, a esquerda não consegue ultrapassar pouco mais de cem votos.

A definição do papel constitucional das Forças Armadas é o tema mais quente. Muitas negociações, inclusive com os ministros militares, garantiram a produção de um texto aprovado pela Sistematização, que tem o apoio integral do Centrão. As Forças Armadas "destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de um destes, da lei e da ordem", segundo este texto.

Descontentes, o PT e o PC do B

querem alterar a redação, restringindo a atuação dos militares. Pelo PT, as Forças Armadas não poderiam defender "a lei e a ordem" e somente com autorização dos três Poderes poderiam garantir a "ordem constitucional". O PC do B, através de uma emenda de seu líder, deputado Haroldo Lima (BA), quer restringir um pouco mais a autonomia das Forças Armadas. Apenas a pedido do Poder Executivo e com aprovação prévia do Legislativo, os militares poderiam sair em defesa da ordem constitucional.

A esquerda discorda também da proposta que permite a decretação do Estado de Defesa, além do Estado de Sítio. Por esta análise, o Estado de Defesa assemelha-se mui-

to às "medidas de emergência" autorizadas pela atual Constituição. Mesmo com emendas para suprimir o texto, o plenário vai referendá-la.

Dentre as normas para a vigência do Estado de Sítio, há a única divergência entre o Centrão e a Sistematização. Segundo o grupo as detenções deverão ser feitas em "edifícios não destinados a acusados ou condenados por crimes comuns". A Sistematização inclui a palavra "obrigatória" após detenção.

A prestação obrigatória do serviço militar é a terceira grande discordância da esquerda. Uma emenda do deputado Vladimir Palmeira (PT-RJ) possibilita o serviço alternativo de caráter civil.

Do Sucursal de Brasília

A semana política em Brasília será dominada por três acontecimentos: o prosseguimento das votações no Congresso constituinte, o depoimento dos ex-ministros Bresser Pereira (da Fazenda) e João Sayad (do Planejamento) na Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Senado que apura irregularidades na administração pública e a continuidade da divisão do PMDB, com a aceleração das articulações em torno da criação de um partido de "centro-esquerda".

Hoje, o Congresso constituinte, se houver quórum, termina a votação do título "Da Organização dos Poderes e do Sistema de Governo". Em seguida, os parlamentares apreciarão o título referente às defesas do Estado e ao papel das Forças Armadas. Até quinta-feira, poderá

ser iniciada a votação de um dos mais importantes trechos da nova Carta, referente ao sistema tributário do país.

Os ex-ministros Sayad e Bresser Pereira irão à CPI da Corrupção para auxiliar no esclarecimento do mistério do decreto 94.233, que estabelece a retroatividade na correção dos valores de contratos firmados com a administração pública. Amanhã a CPI decide se convoca o secretário particular de Sarney e seu ex-gerente, Jorge Murad, e o consultor-geral da República, Saulo Ramos.

A organização de um novo partido de centro-esquerda será o prato servido hoje à noite numa reunião entre parlamentares do PMDB e PFL que estão articulando a nova legenda e o senador Mário Covas (PMDB-SP). Os ulysistas, tentam convencer o presidente do partido a romper com o governo.

Banco de Dados



O líder do governo no Senado, Saldanha Derzi (PMDB-MS)

Derzi afirma que o Planalto rejeita texto sobre tributação

Do correspondente em Campo Grande

O líder do governo no Senado, Saldanha Derzi (PMDB-MS), disse ontem em Campo Grande (MS) que "o Palácio do Planalto não aceita" o texto da Comissão de Sistematização sobre o sistema tributário, que aumenta a participação dos Estados e municípios no "bolo" arrecadado pela União para 20%.

Derzi não acredita que os governadores vão "bater o pé" a ponto de impedir uma proposta mais "amena" para o governo. "Os governadores, pedem, pedem, mas se receberem nada eles voltam atrás e tudo bem", disse, descartando um possível confronto entre Sarney e os governadores que formam seu principal bloco de apoio.

Segundo ele, o governo federal deve evitar o texto da Comissão de Sistematização para "não se sacrificar ainda mais". O governo, segundo ele, reverterá o quadro porque a manutenção da fórmula aprovada

na Sistematização "tornará o governo federal inviável", disse.

O sistema tributário é o principal assunto que Saldanha Derzi tratará na reunião que mantém hoje, às 9h, com o presidente Sarney. O senador esteve em Campo Grande para participar como expositor da 50ª Expogrande, aberta oficialmente às 16h de ontem pelo ministro da Agricultura, Iris Rezende.

Responsabilidade

Ele afirmou que a iniciativa do governo de "obstruir" o texto da Sistematização não visa manter o governo federal na situação de centralizador. "O governo repassa hoje mais do que pode em dinheiro. Mas não transfere responsabilidade", disse.

O senador disse ainda que os governadores e prefeitos se "assustam quando falamos, por exemplo, em estadualizar ou municipalizar o sistema nacional de saúde", argumentando em seguida que "transferir mais dinheiro pode representar a falência dos serviços públicos".